



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1500074-43.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Execução Fiscal - IPVA - Imposto Sobre Propriedade de Veículos Automotores**
 Exequiente: **Fazenda Pública do Estado de São Paulo**
 Executado: **Irene Caobianco Faustino**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Fls. 19/21. Exceção de pré-executividade em que a executada alega ausência de responsabilidade pelo pagamento do IPVA/2010 em execução nos autos.

A excepta manifestou-se (fls. 30/46).

É o relatório. Decido.

A exceção de pré-executividade é cabível *in casu*, vez que a alegação suscitada corresponde à de ilegitimidade passiva, que admite a defesa pela referida via (STJ, REsp 1136144/RJ, Rel. Min. LUIZ FUX, 1ªS, j. 09/12/2009).

O IPVA refere-se a 2010. O veículo foi penhorado em execução judicial em julho/2003 (fls. 22) e, em dezembro/2007, foi arrematado pelo credor daquela execução, qual seja, o Banco do Brasil (fls. 24), a quem foi entregue em abril/2008 (fls. 25/26). **São fatos que, ao contrário do alegado pela excepta, estão robustamente comprovados por prova documental oriunda de processo judicial.**

Sob essa premissa, não há amparo legal para a cobrança.

O art. 155, III da CF diz que o IPVA incide sobre a “propriedade” dos veículos automotores. Qual seria o significado do vocábulo “propriedade” nesse caso? A CF preceitua, no art. 146, III, “a” que compete à lei complementar (federal) estabelecer normas gerais sobre a definição dos fatos geradores dos tributos.

A lei complementar em questão, relativamente a maioria dos impostos, é o CTN (recepcionado como lei complementar), que aliás regulamenta nos arts. 29 e 32 o sentido do vocábulo “propriedade” no caso do ITR (imposto federal: art. 153, VI, CF) e no caso do IPTU (imposto municipal: art. 156, I, CF).

Mas não há lei complementar com as normas gerais sobre o fato gerador do IPVA, o que significa que, à míngua de definição estabelecida pela lei complementar prevista na CF, não se pode pela via interpretativa distorcer o sentido de “propriedade”, em razão da regra do art. 110 do CTN.

Andou o bem o legislador estadual, portanto, na Lei Estadual nº 13.296/2008, que trata do IPVA em São Paulo, vez que em seu art. 2º estabelece a propriedade – somente a propriedade – como sendo o fato gerador do imposto, e no art. 5º que o contribuinte é o proprietário – somente o proprietário.

Quanto ao caso dos autos, a excipiente não era, em 2010 (fato gerador), proprietária. Também não era possuidora, nem tinha o domínio útil. Também não era responsável, vez que a legislação não lhe atribui, em caso de arrematação judicial, qualquer obrigação de comunicar os órgãos de trânsito. Veja-se que a arrematação judicial não se confunde com a simples “alienação de veículo” prevista no art. 16 da Lei Estadual



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

nº 6.606/89, referida na resposta à exceção de pré-executividade.

Ora, a arrematação com a entrega do veículo ao arrematante configura verdadeira perda da posse pela excipiente, pois o exercício dos poderes inerentes à propriedade que a excipiente até então exercia (art. 1196, CC) foi cessado, contra a sua vontade (art. 1223, CC), saindo o veículo da sua esfera de uso e disponibilidade.

Consequentemente, o fato gerador da obrigação tributária cessou. Inexiste regra matriz de incidência, hipótese tributária que recaia sobre a situação, sobre o *status* atual da excipiente em relação ao veículo.

Não há fato imponible.

Ora, como se sabe, é vedado ao fisco "exigir ... tributo sem lei que o estabeleça" (art. 150, I, CF), e no caso em exame não há lei definindo a obrigação tributária para casos como este em análise.

A descaracterização da posse é inclusive levada em conta pelo legislador estadual, no art. 14, caput e § 2º da Lei Estadual, para dispensar o pagamento do imposto, embora em hipóteses que não se enquadram exatamente na dos autos.

O TJSP entende que é indevido o lançamento do IPVA em casos como o em apreço, seja pela descaracterização da propriedade, do domínio ou da posse, seja pela aplicação teleológica do art. 14 da Lei Estadual nº 13.296/2008: AI. 0000029-94.2015.8.26.0076, Rel. José Maria Câmara Junior, 9ª Câmara de Direito Público, j. 29/04/2015; Ap. 1010288-40.2014.8.26.0053, Rel. Claudio Augusto Pedrassi; 2ª Câmara de Direito Público, j. 10/03/2015; Ap. 0005413-62.2011.8.26.0663, Rel. Claudio Augusto Pedrassi, 2ª Câmara de Direito Público, j. 16/12/2014, Ap. 0025077-95.2013.8.26.0053, Rel. Leme de Campos, 6ª Câmara de Direito Público, j. 29/09/2014; Ap. 3010632-10.2013.8.26.0477, Rel. Luís Geraldo Lanfredi, 2ª Câmara de Direito Público, j. 29/07/2014.

Ante o exposto, ACOLHO os embargos para EXTINGUIR o processo, sem resolução do mérito, ante a ilegitimidade passiva da excipiente, e CONDENAR a excipiente em custas e despesas de reembolso e honorários advocatícios que arbitro, por equidade, em R\$ 500,00.

P.R.I.

São Carlos, 28 de setembro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**